



Número: **0800448-44.2020.8.18.0039**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Barras**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO DE PAULA (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9001836	27/03/2020 13:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
8988410	26/03/2020 09:28	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
8846839	16/03/2020 13:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8846840	16/03/2020 13:27	<a href="#">01-PETIÇÃO INICIAL-ANTONIO DE PAULA</a>	Petição
8846841	16/03/2020 13:27	<a href="#">02-Procuração e Documentos Pessoais</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8846842	16/03/2020 13:27	<a href="#">03-Declaração de Hipossufici~encia</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8846993	16/03/2020 13:27	<a href="#">04-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8846994	16/03/2020 13:27	<a href="#">05-B.O, Decl Proprietario e Ficha 1º Atendimento</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8846995	16/03/2020 13:27	<a href="#">06-Prontuario Médico Hospitalar</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
8846996	16/03/2020 13:27	<a href="#">07-Informações do Sinistro nº 3180-374496</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Vara Cível da Comarca de Barras DA COMARCA DE BARRAS**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº: 0800448-44.2020.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Seguro]**  
**AUTOR: ANTONIO DE PAULA**

**Nome: ANTONIO DE PAULA**  
**Endereço: Zona Rural, S/N, Localidade Currais, BARRAS - PI - CEP: 64100-000**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, n 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

**Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ciente do conteúdo abaixo:**

**DESPACHO-CARTA**

1. Vistos, etc. Recebo a inicial, por preencher os requisitos essenciais e não ser caso de improcedência liminar do pedido. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita. Considerando as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.") Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial, manifestando-se em igual prazo acerca do interesse em audiência de conciliação. Expedientes necessários. Cumpra-se.
2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA AR.**

BARRAS-PI, 27 de março de 2020.

**Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Barras**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA Vara Cível da Comarca de Barras DA COMARCA DE BARRAS

Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

---

PROCESSO Nº: 0800448-44.2020.8.18.0039

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ANTONIO DE PAULA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da presente ação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

BARRAS-PI, 26 de março de 2020.

**IRAN FERNANDES DOS SANTOS**  
**Secretaria da Vara Cível da Comarca de Barras**



## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO





**Procedômio Sociedade Individual de Advocacia**

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO FORUM DA VARA  
CIVEL UNICA DA COMARCA DE BARRAS-PI**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT –  
INVALIDEZ PERMANENTE – LIMITAÇÃO  
FUNCIONAL DO MEMBRO SUPERIOR  
ESQUERDO COMPROMETIDO EM 100% –  
PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PAGO ABAIXO DO  
PERCENTUAL – PAGAMENTO DA DIFERENÇA  
INTEGRAL DO VALOR DE 13.500,00**

**ANTONIO DE PAULA**, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG nº: 6421503-SSP/PA e do CPF/MF nº: 833.567.033-15, residente e domiciliado na Localidade Currais, nº: s/n, Bairro: Zona Rural, Cidade de Barras – PI, CEP: 64100-000, vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado “in fine” firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO  
DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO**

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida Senador Dantas, nº 74, 5º andar – centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 200312-205, com arrimo na LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, alterada pela Lei 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos que ora se seguem:

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedomio@hotmail.com**





**PRELIMINARMENTE**

**I - DA DEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.**

A priori, faz-se necessário o requerimento do benefício da gratuidade da justiça, pois a autora faz jus a tal benefício, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear às despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Assim, a parte Autora junta com a presente afirmação de pobreza, nos termos do Art. 4º, da Lei 1.060/50, onde basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis;

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986).

**§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.**

Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família na forma do parágrafo único do art. 2º, da Lei 1.060/50.

Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, basta à parte requerente incluir, na própria petição inicial, simples afirmação de não estar em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, consoante disciplina o art. 4º, §1º, da Lei 1.060/50, onde quem afirmar tal condição presume-se POBRE, no sentido legal até prova em contrário.

Neste ínterim a que se mencionar que esse benefício é constitucional, previsto em nossa Constituição Federal, sobre a sobra do art. 5º, XXXV e LXXIV, sendo este uma benesse constitucional, encaixa-se o autor perfeitamente em sua graça.

Nesta esteira o novo Código de Processo Civil, trouxe consigo um sistema inovador que foi a previsão da concessão da benesse da gratuidade da justiça, rotulado no art. 98 do novo Códex Processual Civil.

Há que mencionar também que a Corregedoria Geral da Justiça, já lançou Ofício Circular a todos os Magistrados do Estado, solicitando que os mesmos concedam o benefício ante o preenchimento dos pressupostos para sua concessão. Assim o autor anexa aos autos cópia do Ofício Circular nº: 187/2013-CGJ, **[Doc. Anexo]**.





## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

Diante de tantas obrigações o autor não vê outra saída senão segurar no braço firme da nossa fraterna Justiça, assim ficando claro que o mesmo não detém recursos suficientes para custear o trâmite deste processo sem tirar do sustento e manutenção da sua família. Portanto, pugna-se aqui pelo deferimento da Gratuidade da Justiça e a antecipação de tutela por restar comprovado sua hipossuficiência de recursos financeiros.

### **II - DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS.**

Ainda em sede de preliminar, a peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC, in verbis:

*Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:*

*[...]*

***IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;***

Assim sendo uma faculdade, imposta como meio de facilitar o prosseguimento do feito, é que de pronto fica declarada a autenticidade das cópias e documentos integrantes da presente peça.

### **DOS FATOS**

O presente caso trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 06 de março de 2018, em que o demandante vinha a trafegava conduzindo a motocicleta de placa PIK-7131, pela estrada vicinal da localidade Currais, zona rural desta Comarca, quando nas proximidades da localidade Três Caminhos, fora trancado por outra motocicleta ao tentar fazer um conversão de ultrapassagem, ocasionando uma colisão e a queda da vítima do veículo, sendo socorridos na ocasião por uma equipe do SAMU, acionada por terceiros que trafegavam pelo local no momento do acidente, conforme Boletim de Ocorrência em anexo **[Doc. Anexo]**.

Neste íterim, o ora Requerente fora levado ao Hospital Regional Leônidas Melo, nesta Comarca para os procedimentos iniciais, onde fora posteriormente encaminhado ao Hospital Regional de Piri-piri. **Após os exames fora identificado diversas fraturas no MEMBRO INFERIOR DIREITO (FÊMUR e JOELHO)**, onde fora submetido a procedimentos cirúrgicos para a fixação de fios metálicos, e que ao final **restou comprometido à limitação funcional de 100%**, conforme prontuário médico anexo, **[Doc. Anexo]**.

Dirigiu-se o Autor à sede da seguradora requerida de posse de vários documentos exigidos por lei para liberação do Seguro DPVAT, a que tem direito junto à **SEGURADORA LÍDER**, responsável pela regulação das indenizações de seguro DPVAT através de pedido administrativo nº: 3180/374496, tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 1.687,50 (um mil,**

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com







## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo administrativo anexo, **[Doc. Anexo]**.

### **SINISTRO 3180374496 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA ANTONIO DE PAULA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE

SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO ANTONIO DE PAULA**

**CPF/CNPJ: 83356703315**

**Posição em 11-03-2019 15:56:16**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
31/08/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

**A que se salientar que nesta Comarca não possui posto do I.M.L, fato este que dificulta a realização do exame de lesão corporal, para detectar a porcentagem e grau de invalidez do requerente,** sem falar que o deslocamento para realização do mesmo na capital além de ser incerto em sua realização a onerosidade de deslocamento e estadia do mesmo, aliada a demora no recebimento, dificultam o autor de receber sua indenização.

Desta forma deverá ser pago ao requerente o valor da diferença integral da indenização de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Portanto, recorre à parte Autora, agora, aos braços da Justiça, para fazer valer seu direito à indenização por invalidez, na forma da fundamentação a seguir colacionada.

#### **DO DIREITO**

#### **III - DO INTERESSE DE AGIR – VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS.**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)







## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.** 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).**

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA.** A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. **APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).**

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)





## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

### **IV - DA INEXISTENCIA DE I.M.L NA COMARCA, AFASTAMENTO DA CARENcia DA AÇÃO, NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA PELO CONVENIO COM TJPI Nº 69/2015.**

É crucial trazer à baila processual que inexistente Órgão do Instituto Médico Legal, nesta Comarca, o inviabiliza a realização e confecção do laudo médico no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito.

Outro ponto a ser mencionado é que o Requerente é pessoa pobre e humilde que provem de grandes recursos financeiros, para se deslocar até a capital para realizar o referido exame e confeccionar o laudo, além do mais existe a burocracia para realizar tal procedimento o que muitas vezes não é realizado no mesmo dia, necessitando assim o Requerente permanecer por mais dias e ter mais gastos, já que possui familiares residentes na capital.

Desta forma MM. Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L, além do mais os laudos e exames médicos anexados nos autos, soplem a carência do referido laudo, já que foram

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





## **Procedômio Sociedade Individual de Advocacia**

**Dr. José Francisco Procedômio da Silva**  
**OAB/PI Nº 12. 813**

confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

Veja Insigne Excelência, que este é o entendimento dos diversos Tribunais do País, conforme farta jurisprudência confeccionada abaixo:

**PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE.** I - O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT. II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprove a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito. III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei n.º 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos. IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, momento em que a seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405 e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ. V - Sentença mantida VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PRELIMINARES REJEITADAS - COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ E DO GRAU DE REDUÇÃO FUNCIONAL - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO DANO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.** A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não está condicionada ao prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, pois a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A falta de laudo médico comprovando a quantificação e grau das lesões permanentes do autor não configura carência da ação, que somente se verifica quando ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual. Se a cópia do laudo médico apresentado pelo autor e demais documentos não impugnados, demonstram as lesões decorrentes de acidente automobilístico e delimitam o grau da redução funcional por ele

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedomio@hotmail.com**





## **Procedório Sociedade Individual de Advocacia**

**Dr. José Francisco Procedório da Silva**  
**OAB/PI Nº 12. 813**

apresentado, desnecessária a realização de perícia. Comprovada a invalidez parcial permanente, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. (TJ-MT - APL: 00847669120098110000 84766/2009, Relator: DES. JURANDIR FLORÊNCIO DE CASTILHO, Data de Julgamento: 23/03/2010, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/04/2010)

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. - ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - GRAU DE INVALIDEZ QUE NÃO SE DISCUTE NOS AUTOS, LIMITANDO-SE A DISCUTIR O DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DA REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO DESEJAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O GRAU APURADO NA PERÍCIA ADMINISTRATIVA. - DA ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVA DA INVALIDEZ - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVA A INVALIDEZ DA AUTORA. - INDENIZAÇÃO DPVAT POR INVALIDEZ QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ SUPORTADA - EXEGESE DO ART. 3º, 'B', DA LEI 6.194/74 - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SEGUINDO O MESMO ENTENDIMENTO - JULGADO MODIFICADO NO SENTIDO DE NEGAR O DIREITO DA REQUERENTE AO RECEBIMENTO DE QUALQUER COMPLEMENTAÇÃO. - ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI 1.060/50. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (TJ-PR - AC: 7740354 PR 0774035-4, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 05/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 632)**

Desta forma é que requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista a inexistência do órgão na Comarca, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

Como se sabe ações de natureza indenizatória decorrentes de acidentes de trânsito, apesar de não exigirem grande complexidade, é imprescindível que haja a produção de prova pericial, para que seja avaliado o grau de seqüela e a extensão do dano a serem calculados em percentual exigido para pagamento da referida indenização.

Foi pensando nisso que Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Piauí, firmou parceria junto a Requerida para pôr fim as milhares de ações existentes no Estado, como meio acelerar o Judiciária e até mesmo garantir o correto pagamento da indenização, firmando assim o convenio 69/2015.

### **V - DAS PROVAS NECESSÁRIAS.**

O direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º, da Lei nº 6.194/74;

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedorio@hotmail.com**







## **Procedômio Sociedade Individual de Advocacia**

**Dr. José Francisco Procedômio da Silva**  
**OAB/PI Nº 12. 813**

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

a) OMISSIS

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais. (OMISSIS)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedomio@hotmail.com**





## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). E o que demonstra o dispositivo a seguir:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

### **VI - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI 11.482/07: PARAMETRO PARA APLICAÇÃO DA TABELA E PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL.**

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74, cinge-se sobre a estagnação do valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário mínimo vigente.

Analisando detidamente a Lei 6.194/74, com redação alterada pela Lei 11.482/07, visualiza-se a inconstitucionalidade pelos motivos a seguir elencados. Dispõem os artigos 3º, II da citada Lei:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

Ademais ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **PROVA DO ACIDENTE** e do **DANO DECORRENTE**, conforme insculpido no art. 5º, §1º e §7º, da supracitada lei:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

[...]

§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Estudando-os minuciosamente o tema não se enxerga a devida atualização do valor indenizatório nos eventos previstos na lei, em seu art. 3º.

Vejamos: Por exemplo, o artigo 5º, §7º, citado acima elucida que apenas as indenizações cumpridas fora do prazo para pagamento serão corrigidas monetariamente, não havendo dispositivo de lei expresso que determine a atualização do valor do teto das indenizações securitárias prevista na supracitada lei, como ocorria anteriormente com as atualizações do salário mínimo na vigência da Lei 6.194/74.

Referida atualização só será possível por uma interpretação ampliativa do CNSP à lei, que se diga, por ser órgão administrativo, não poderá regulamentar o que não está na lei. Anteriormente, o segurado além de ter a indenização variável de acordo com o salário mínimo, pois a Lei 6.194/74 fixava a indenização naquele, tinha também a correção monetária do valor a ser pago, como nos casos de complementação de indenização, da data do pagamento administrativo a menor.

Com a Lei 11.482/07, extirpada foi aquela primeira atualização e mais significativa do título do seguro, ou seja, de acordo com o salário mínimo, esse aumentado gradativamente pelo Governo Federal com a justificativa de correção devido a inflação, no entanto, não servindo mais hoje de parâmetro para as indenizações securitárias. Com a nova Lei, só se corrige o valor do fixado nessa (R\$ 13.500,00), e este, é inalterável.

Na Lei originária (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido, como já manifestado.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)







## Procedómio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedómio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

Percebe-se, desse modo, que a alteração legislativa violou o princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve ser vista com reserva se, somente pode ser aceita, se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não ocorreu na hipótese.

Hoje, há a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição Federal) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).

Ademais, a constitucionalidade da referida Lei, tal como já comparado acima vai defasar (engessar) o valor da indenização securitária aponto desta indenização um dia ser módica para as Seguradoras que recebem por cada veículo automotor, variando o valor do prêmio pagos a si de acordo com o tipo de veículo, tal como se percebe em consulta ao site do Seguro DPVAT.

Na seara do direito internacional, o Brasil foi signatário dos seguintes tratados que reconhecem os direitos sociais como direitos humanos fundamentais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Protocolo de São Salvador (1988) adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Pacto de São José da Costa Rica, sendo que neste último, acolheu expressamente o princípio do não retrocesso social, também chamado de aplicação progressiva dos direitos sociais, princípio esse elucidado anteriormente.

Neste diapasão, constata-se que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais.

### **VII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

O Novo Código de Processo Civil, previu em seu art. 85, a possibilidade da parte vencida arcar com honorários do advogado da parte vencedora, como meio de amortizar os danos causados decorrentes de despesas e atos do processo, in verbis.

*Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.*

*§1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.*

*§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:*

*I - o grau de zelo do profissional;*

*II - o lugar de prestação do serviço;*

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





## Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

### *III - a natureza e a importância da causa;*

Este também já vem sendo o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais superiores, de que a parte vencida, vejamos alguns julgados:

**EMBARGOS DE TERCEIROS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA PARTE VENCIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. HONORÁRIOS REDUZIDOS.** 1 - À luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que restou vencida na ação. 2 - Apesar dos argumentos suscitados pela União Federal/Fazenda Nacional em sentido contrário, o certo é que a penhora foi realizada equivocadamente em razão de endereço fornecido pela União, não podendo a mesma se eximir dessa responsabilidade. 3 - Para que a Apelante não fosse condenada nos encargos de sucumbência, não poderia ter contestado a ação, resistindo à pretensão da embargante. 4 - Ademais, incumbe ao exequente indicar os bens à penhora. Em caso de negativa, bens de terceiros podem vir a ser constritos, sujeitando-se, por conseguinte, o exequente, aos eventuais ônus sucumbenciais decorrentes da desconstrução por meio de embargos de terceiros. 5 - Segundo o art. 20, §4º, do CPC, vencida a Fazenda Pública, os honorários podem ser arbitrados em valor fixo ou percentual, consoante apreciação equitativa do juiz e observado o contido nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, da lei processual civil. 6 - **Apeação provida em parte. (TRF-2 - AC: 199851010409295 RJ 1998.51.01.040929-5, Relator: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 08/09/2009, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 07/10/2009 - Página: 86)**

Desta forma requer, a condenação da Requerida ao pagamento de 20%, sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme disposto no art. 85 do NCPC.

### **DOS PEDIDOS**

Seja recebido e registrado e concedidos os pedidos da presente ação, designando-se, desde logo, audiência de conciliação, citando-se a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas.

**1. - Requer a concessão ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas processuais conforme estabelece a Lei 1.060/50, art. 5º, XXXV e LXXIV da CF/88, art. 98 do NCPC e Ofício 187/2013 - CGJ;**

**2. - Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra condenando a empresa ré ao pagamento da diferença integral da indenização no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que totaliza o valor de R\$: 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos),**

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)





## Procedímio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedímio da Silva  
OAB/PI Nº 12. 813

atualizados a data de liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92) condenação a título de *quantum* indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente;

3. - Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;

4. - Requer, em sede de controle difuso de constitucionalidade, **seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais**, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

5. - Requer, ainda, que seja aplicada a multa prevista na resolução nº 14 da SUSEP de 25.10.95 publicada no DOU de 06.03.98 em caso de não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta ação.

6. - O peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado pro expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPD.

7. - **Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L.**, tendo em vista a inexistência do órgão nesta Comarca, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador

8. - Requer ainda seja condenada a Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20%, sobre o valor da condenação, conforme art. 85, do NCPD.

9. - Por último caso entenda necessário por parte de Vossa Excelência, **seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente**, pelo convênios 69/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

Protesta e Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, cálculos e depoimento pessoal do representante da Requerida, e por outros que por ventura vierem a ser necessárias no decorrer do processo.

Dá-se á presente o valor de **R\$: 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que respeitosamente,

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





**Procedômio Sociedade Individual de Advocacia**

**Dr. José Francisco Procedômio da Silva**  
**OAB/PI Nº 12.813**

Pede e espera deferimento

Teresina-PI, 18 de maio de 2019.

**JOSÉ FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA**

**-OAB/PI 12.813-**

Documento assinado eletronicamente

(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

**Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)**

**Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512**

**E-mail: procedomio@hotmail.com**







**Procedório Advocacia e Assessoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedório da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

<b>OUTORGANTE:</b> <i>Antonio de Paula</i>		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
Brasileira	<i>Casado</i>	<i>Advogado</i>
RG nº:	CPF/MF nº:	
<i>6421503-SSP/PA</i>	<i>833.567.033-15</i>	
Endereço: <i>Casa Lida de Currais, s/n, zona rural da Cidade de Buriti</i>		
<i>PI, CEP: 64100-000</i>		

**OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)  
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI  
CPF/MF nº: 023.365.163-22 CPF/MF nº: 703.754.703-44  
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.  
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI  
(CEP: 64019-330).

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor

*Reu de Cobrança de Indenização de Seguro de Vida por*  
*Inutilidade Permanente Adquirida por Acidente de Trabalho*

Teresina - PI, 20 de Março de 2019.

*x Antonio de Paula*

- Outorgante -

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)  
Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512 E-mail: procedomio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6421503 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/10/2007

NOME ANTONIO DE PAULA

FILIAÇÃO ANTONIO PEDRO DE PAULA  
QUITERIA DE SOUSA

NATURALIDADE BARRAS PI DATA DE NASCIMENTO 01/03/1955

DOC ORIGEM C. CASAMEN-BARRAS PI

NUM: 919 LIV: 40 FOL: 03

CPF

PARA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão  
DEZ/2009

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
833.567.033 15

Nome  
ANTONIO DE PAULA

Nascimento  
01/03/1955

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 8875115

**MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA PAULA**

LC CURRAIS, S/N ,

B-RURAL

64100000 BARRAS

PI

CÓDIGO ÚNICO <b>14119900</b>	MÊS <b>07/2018</b>	PERÍODO DE CONSUMO <b>25/06/2018 a 20/07/2018</b>
CONSUMO (kWh) <b>113</b>	VENCIMENTO <b>27/07/2018</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 104,29</b>

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue EDPI: 0800 086 0800

autenticação mecânica

(86/99982.3093 / Rucia

recorte aqui

**ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

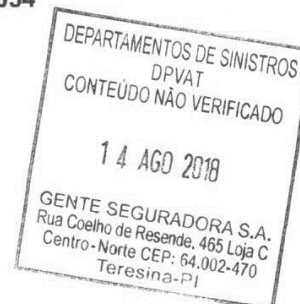
AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

CÓDIGO ÚNICO <b>14119900</b>	MÊS <b>07/2018</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 104,29</b>
---------------------------------	-----------------------	------------------------------------

836500000010.042900170004.000000014118.990007180054





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Antonio de Paula, brasileiro, viúvo,  
portador do RG nº: 6421503 - SSP/PA e inscrito no CPF/MF  
nº: 833.567.033-15, residente e domiciliado na  
Courelândia Curui, s/n, zona rural da Cidade de Bombo-PI  
CEP: 64100-000.

DECLARA para os fins de obtenção de Assistência JUDICIÁRIA Gratuita que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO**, sem prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88.

Teresina-PI, 30 de maio de 2019.

\*Antonio de Paula  
(CPF 833.567.033-15)





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

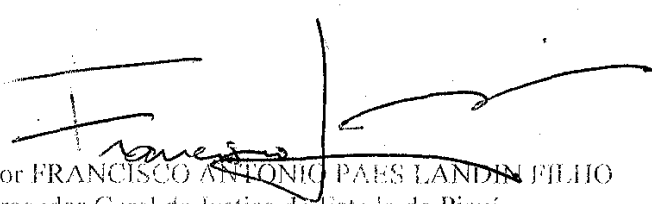
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

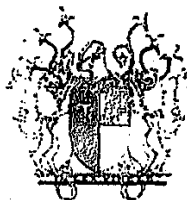
**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação

1







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

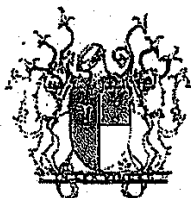
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

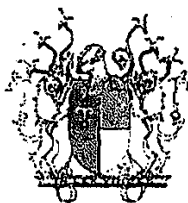
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

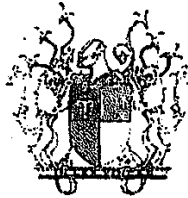
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito  
Parece, de Conselho  
Tribunal de Contas  
jul de 1997, para  
atribuição - que se  
introdução, para  
o fim de  
Tr





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



8819-10

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 105495.000909/2018-01**

Unidade de Registro: DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

Resp. pelo Registro: Claudio Barros Monteiro

Data/Hora: 11/07/2018 - 10:07

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Responsável  
Ass

464281

Data/Hora  
06/03/2018 - 10:00

Local

OUTROS

Município

BARRAS

Endereço

LOCAL, Nº

Complemento

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Ponto de Referência

**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: ANTONIO DE PAULA

Local: LOCALIDADE CURRAIS 2, Nº

OUTROS - ZONA RURAL

Tipo Envolv: VITÍMA/Noticiante

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza da Ocorrência

Acidente de trânsito: acidente no trânsito.

**VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)**

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA	CG 150 TITAN ESD	2015	PIK7131	9C2KC1650FR004197	01072333330	Preta
Condutores: ANTONIO DE PAULA						
Local: LOCALIDADE CURRAIS 2 Número: Complemento:						
Município: BARRAS UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL						
Proprietário: RIFRAM DE ARAUJO MACHADO						
Cidade: BARRAS UF: Bairro: PREJUDICADO						

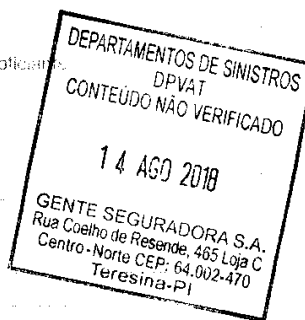
**RELATO DA OCORRÊNCIA**

O declarante informa que no dia e horário acima estava na sua motocicleta se deslocando de barras a localidade currais 2. Que nas proximidades da localidade três caminhos foi fazer uma ultrapassagem em outra motocicleta. Que ao se aproximar para fazer a ultrapassagem foi interrompido pelo motoqueiro que impossibilitou a ultrapassagem. Que freou bruscamente e caiu. Que na queda fraturou o braço direito. Foi acionado o SAMU e o levou ao hospital de Barras e posteriormente levado ao hospital de Pímpi para tratamento. Era o que tinha a declarar

Claudio Barros Monteiro - Mat. 2590903  
AGENTE DE POLÍCIA

Antonio de Paula  
ANTONIO DE PAULA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegacia de Polícia



## Declaração do Proprietário do Veículo

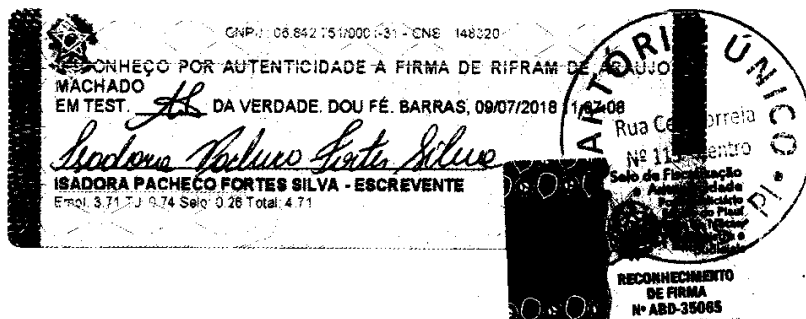
Eu, Rifram de Arango Machado  
RG nº 2.141.699 data de expedição 03/04/2000  
Órgão SSP/PI, portador do CPF nº 944.572.393-72 com  
domicílio na cidade de Barras, no Estado de  
Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Localidade Paissandu, nº S/N,  
complemento Rural, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima Antonio de Paulo cujo o condutor era  
Antonio de Paulo.

Veículo: Moto  
Modelo: Honda 100 150 TITAN ESD  
Ano: 2014  
Placa: PIK-7131  
Chassi: 9C2KC1650FR004197  
Data do Acidente: 06/07/2018  
Local e Data: Barras-PI 09/07/2018

\* Rifram de Arango Machado  
Assinatura do Declarante



Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )



EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS	
TRATAMENTO REALIZADO	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
CONSULTA BÁSICA	<input type="checkbox"/>
AEROSOL	<input type="checkbox"/>
DRENAGEM DE ACESSO	<input type="checkbox"/>
RETIRADA DE CORPO ESTRANHOS	<input type="checkbox"/>
PEQUENA CIRURGIA	<input type="checkbox"/>
SUTURA SIMPLES	<input type="checkbox"/>
TERAPIA MEDICAMENTOSA	<input checked="" type="checkbox"/>
PACIENTE EM OBSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>
CURATIVO	
RETIRADA DE PONTO	<input type="checkbox"/>
PRESSÃO ARTERIAL	<input type="checkbox"/>
DATA 06/03/18	
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO ASSISTENTE	
CRM - PI 6884	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
14 AGO 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI

RNO DO ESTADO DO PIAUÍ HOSPITAL REGIONAL LEÔNIDAS MELO - BARRAS - PI BOLETIM DE ATENDIMENTO AMBULATORIO E DE URGENCIA			
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
NOME DO PACIENTE			
DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO	SEXO	
06/03/1955	---	MASC <input checked="" type="checkbox"/>	FEM <input type="checkbox"/>
FILIAÇÃO			
PAI Antônio Pedro de Paula Soares			
MÃE Leticia de Paula Soares			
ENDEREÇO			
R. ...			
MUNICÍPIO	ESTADO	CEP	
Barras	Piauí	64100-000	
DADOS SOBRE ATENDIMENTO			
DATA DO ATENDIMENTO	HORA		
06/03/18			
MOTIVO DO ATENDIMENTO			
...			
DIAGNOSTICO			
...			
FC 85 bpm			

+ D. da Mate + componente de endereço

Atendimento:	1012127
Data:	06/03/2018
Hora:	20:09

HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
AV. DR. PADUA MENDES, 300  
PIRIPIRI/PI

Nº AIH
DIONE

## BOLETIM DE ADMISSÃO

**71291 - ANTONIO DE PAULA**

CASADO(A) - Sexo: MASCULINO - 01/03/1955 - 63 ANOS, 5 DIAS

Clinica: CLINICA MEDICA Enfermaria: CM07- CLINICA MEDICA Leito: CM0701 Naturalidade: BARRAS

Escolaridade: Médico: 2422 - RENATO JORGE CARVALHO OLIVEIRA

CPF: RG: 6421503 C/N: CNS: 702606206020040

Endereço: LOACIDADE CURRAIS II, N° 0 - CEP: 64100-000

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: 2201200- BARRAS/PI

Profissão:

Telefone: ( ) -

Pai: ANTONIO PEDRO DE PAULA

Mãe: QUITERIA DE SOUSA

Responsavel: ANTONIO DE PAULA - ( ) -- O MESMO

Diagnostico inicial: - 9999-CID NAO INFORMADO

Diagnostico Definitivo:

### Resultado

☐  
☐  
☐  
☐

Curado

Melhorado

Inalterado

Piorado

☐  
☐  
☐  
☐

Removido

Pedido

Evasão

Indisciplina

Transferido

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
14 AGO 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI -48 Horas

+48 Horas

Obito

### História Clínica

Trouxe no peito  
cl. de coito - coito

R. para comissão de moral  
fui interconhecido por

Diagnóstico Provável

Foi exp. pelo J

Dr. Renato Jorge C. Oliveira  
Otorrinolaringologista  
CPF: 182.043.743-91 - CRM: 3422

PROFISSIONAL





# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES

2 - CNES

2777746

4 - CNES

2777746

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

ANTONIO DE PAULA

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

702606206020040

8 - DATA DE NASCIMENTO

01/03/1955

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

71291

9 - SEXO

Masc.

☒ 1

Fem.

☐ 2

10 - NOME DA MÃE

QUITERIA DE SOUSA

12 - ENDEREÇO

LOACIDADE CURRAIS II, 0 - ZONA RURAL

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

BARRAS

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

2201200

15 - UF

PI

16 - CEP

64100-000

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Trauma costal - contusão gélida  
Dir  
R. Fm. comintu gélido  
Fm. intercostal esquerdo

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fm. exp. gélido

21 - CID PRINCIPAL

22 - CID SECUNDÁRIO

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA ASSOC.  
Fundação de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

LMC

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

CLÍNICA MÉDICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

URGÊNCIA

28 - DOCUMENTO

( ) CNS ( x ) CPF

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

06/03/2018

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM)

Dr. Renato Jorge C. Oliveira  
CRM 162.013.763-91 CRM 2422

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRAB. TÍPICO

35 - ( ) ACIDENTE TRAB. TRAJETO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

## AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

TIAGO DOS SANTOS SILVA

44 - COD. ORGÃO EMISSOR

M230350101

49 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.

45 - DOCUMENTO

46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

( ) CNS ( x ) CPF

01471547310

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)





HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO

64260-000, PIRIPIRI/PI

CNPJ: 06553564000480

TELEFONE: (66) 3276.3362

Impresso: 11/03/2018 - 08:53:40

Pág.: 1/1

PACIENTE: 1012127-ANTONIO DE PAULA

ENFERMARIA: CNRZ CLINICA MEDICA

LEITO: CM40701

ADMISSÃO: 06/03/2018

DIAS INTERNADO: 5

IDADE: 63 Anos

SUS

11/03/2018 - 08:53:20

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
14 AGO 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-Pi

DIETA LIVRE

TRAMADOL 100MG/2ML C/CLORIDATO	1,00	1IN	ENDOVENOSA (EV)	08/08H					
DIPIRON 500MG/ML 2ML	1,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H					
CETAZOLINA 1G INJ.	2,00	FRAMP ENDOVENOSA (EV)	AGORA						
CEPATOTINA 1G INJ.	1,00	FRAMP ENDOVENOSA (EV)	06/06H						
GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	1,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H					
ACESSO VENOSO	1,00								

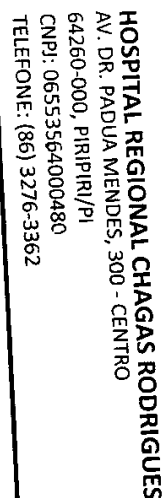
SSVV+CCGG

*Alfa Hospital*  
dia 12/03/18 às 7:00hs  
Atmo PA= 1000x80mmHg  
fax: 36, 22 24/mo.

Dr. A. A. P. L. L.  
CRM-PI 3018 / EOT 14004  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgião do Ombro e Cotovelo

PROFISSIONAL

JPG SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA - PGP SIGEH



**HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES**  
AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO  
64260-000, PIRIPIRÁ/PI  
CNPJ: 06553564000430  
TELEFONE: (86) 3276-3362

IDADE: 63 Anos

50

SÃO: 06/03/2018

**DIAS INTERNADO: 4**

**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
14 AGO 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 463 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

10/03/2018 - 16:58:21

[illegible]

in 22-23m PO Estomíaca de peles ①.  
Comestível, curado, frito. Poligonado,  
monocorado, indurado. Quele diute  
ed. Sono e upumo restifloris.  
Maga coullidada e abugor.

Joana Tereza C. M. Ferreira  
Enfermeira - COREN-PI 241904  
CNS 980016004033591

1100 Pa-Waterbury  
 Temp 33°C  
 18:45-18:56  
 30x36E  
 20:00-20:13  
 30x30mmH  
 Temp 36.1°C

**Adriano Leo**  
CRM-PI 3888  
Oftalmologia e Traumatologia  
Cirurgia do Olho e Catarata

PROFESSIONAL

coin PA: 14028808118  
Jasa: 76.176

João Tareza C. M. Ferreira  
Emprego - COTEMP 241904  
CNS 980076004033591





HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES

AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO

64260-000, PIRIPIRI/PI

CNPJ: 06553564000480

TELEFONE: (86) 3276-3362

Impresso: 09/03/2018 - 10:14:32

Pág.: 1/1

PACIENTE: 1012127-ANTONIO DE PAULA

ENFERMARIA: CM07 CLINICA MEDICA

LEITO: CM0701

ADMISSÃO: 06/03/2018

IDADE: 63 Anos

SUS

DIAS INTERNADO: 3

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

09/03/2018 - 10:14:27

DIETA LIVRE					
TRAMADOL 100MG/2ML CLORIDRATO	1,00 UN	ENDOVENOSA (EV)	08/08H		
DIPIRONA 500MG/Nº 2ML	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H		
CEFZOLINA 1G INJ	2,00 FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	AGORA		
CEFALOTINA 1G INJ	1,00 FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H		
GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H		
ACESSO VENOSO	1,00				
SSV+CCGG					

DEPARTAMENTO DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

Dr. Adriel Leão  
CRM-P: 3888 TEOT 14004  
Ortopedia e Traumatologia  
Clínica do Ombro e Cotovelo

Med. 10-100/70 mmHg  
6h PR- 110 X 70 mmHg  
tax- 36.4 bpm

AT: 00 PR: 110/60 mmHg  
fx: 36°C  
galei etc

20h: PR: 110/60 mmHg  
fx: 36°C  
galei etc



**HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES**  
AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO  
64260-000, PIRIPIRI/PI

CNPJ: 06553564000480  
TELEFONE: (86) 3276-3362

IDADE: 63 Anos

SUS

DIAS INTERNADO: 2

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina - PI

Impresso: 08/03/2018 - 17:30:09

Pág.: 1/1

PACIENTE: 1012127-ANTONIO DE PAULA  
ENFERMARIA: CM07-CLINICA MEDICA

LEITO: CM0701

ADMISSÃO: 06/03/2018

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

08/03/2018 - 17:29:58

DIETA LIVRE					
TRAMADOL 100MG/2ML CLORIDRATO	1,00	UN	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	04/12/18
DIPIRONA 500MG/ML 2ML	1,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	04/12/18
CEFAZOLINA 1G INJ.	2,00	FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	AGORA	04/12/18
CEFAZOLINA 1G INJ.	1,00	FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	04/12/18
GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	1,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	04/12/18
ACESSO VENOSO	1,00				OK
SSVV+CCGG					

Dr. Felipe Viana Piconcelli  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM - PI 4427

PROFISSIONAL



**HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES**  
AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO  
64260-000, PIRIPIRI/PI  
CNPJ: 06553564000480  
TELEFONE: (86) 3276-3362

Impresso: 07/03/2018 - 10:55:11

Pág.: 1/1

PACIENTE: 1032127-ANTONIO DE PAULA

ENFERMAGEM: CM57-CLINICA MEDICA

LEITO: CM/C791

IDADE: 63 Anos

SUS

DIAS INTERNADO: 2

07/03/2018 - 10:54:40

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

#### DIETA LIVRE

TRAMADOL 100MG/2ML CLORIDRATO	1,00	UN	ENDOVENOSA (EV)	16/08H	<i>[assinatura]</i>
DIPIRONA 500MG/2ML	3,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	<i>[assinatura]</i>
CEFAZOLINA 1G INJ.	2,00	FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	20:00H	<i>[assinatura]</i>
CEFAZOLINA 1G INJ.	1,00	FRAMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	<i>[assinatura]</i>
GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	1,00	AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	<i>[assinatura]</i>
ACESSO VENOSO	1,00				<i>[assinatura]</i>
SSV+CCGG					<i>[assinatura]</i>



Dr. Renato J. C. Oliveira  
CRM - PI 2422  
Ortopedista Traumatologista

PROFISSIONAL

SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA - PGP SIGLH



**HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES**  
AV. DR. PADUA MENDES, 300 - CENTRO  
64260-000, PIRIPRI/PI  
CNPJ: 06553564/000480  
TELEFONE: (86) 3276-3362

Impresso: 06/03/2018 - 20:16:10  
Página: 1/1

PACIENTE: 1012127-ANTONIO DE PAULA

ENFERMARIA: CM07-CLINICA MEDICA

LEITO: CM0701

ADMISSÃO: 06/03/2018

DIAS INTERNADO: 0

06/03/2018 - 20:13:18

**Evolução Médica**

20:13:15 FRATURA EXPOSTA JELHO DIREITO

**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
14 AGO 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro - Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

DIETA ZERO	14 GOTAS/MIN	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	12/12H	14 GOTAS/MIN	(20:00) 14:50
SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML SISTEMA FECHADO	1,00 FRA	ENDOVENOSA (EV)	12/12H	14 GOTAS/MIN	(20:00) 14:50	
SORO GLICOSADO 50MG/ML 5% 500ML	1,00 UN	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	14:34 14:50	(20:00) 14:50	
TRAMADOL 100MG/2ML CLORIDRATO	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	14:34 14:50	(20:00) 14:50	
DIPIRONA 500MG/ML 2ML	2,00 FRAM	ENDOVENOSA (EV)	AGORA	14:30 14:50	(20:00) 14:50	
CEFZOLINA 1G INJ.	1,00 FRAM	ENDOVENOSA (EV)	06/06H	14:30 14:50	(20:00) 14:50	
CEFAZOLINA 1G INJ.	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	14:30 14:50	(20:00) 14:50	
GENTAMICINA 80MG/ML 2ML	1,00 AMP	ENDOVENOSA (EV)	08/08H	14:30 14:50	(20:00) 14:50	
SSV+CCGG						

00h-PA-90/50 mmHg  
T 36.1°C

An 14:35h paciente admitido no CC, vindo de PS para avaliação de fratura de humero direito de joelho D. Rega com medicação analgésica e antibiótica. Realizar curativo e monitorização.

Dr. Renato Jorg. C. Oliveira  
CRM-PI 2422  
Médico Profissional







HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES - HRCR  
NÚCLEO DE FISIOTERAPIA

AValiação Fisioterapêutica

Paciente: Antônio da Paula Adriano 06/03/2018  
Ongênico

SINAIS VITAIS:

PA: 140/100 mmHg

FC: 75 BPM

FR: 18 IRPM

SPO2: 97 %

EXAMES COMPLEMENTARES:



MOTOR:

Ausência de mobilidade em Joelho direito, ausência de flexão medial e lateral de segundo e terceiro dedos do pé direito

OBSERVAÇÕES:

Presença de dor no membro superior esquerdo

EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA:

08/03/2018 Paciente com déficit motorizado e volitivo no membro superior direito de glúteos e coxas. Ausência de mobilidade em Joelho direito, ausência de flexão medial e lateral de segundo e terceiro dedos do pé direito. Ausência de mobilidade em Joelho direito, ausência de flexão medial e lateral de segundo e terceiro dedos do pé direito. Ausência de mobilidade em Joelho direito, ausência de flexão medial e lateral de segundo e terceiro dedos do pé direito.

PADRÃO RESPIRATÓRIO E EXPANSIBILIDADE:

Radios torácicos com mobilidade normal

AP:

RESPIRATORIO:

PUPILAS:

GLAÇOW:

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: Desolado e volitivo

ASSINATURA CARIMBO

Kerolliny Lima Braga  
Fisioterapeuta  
CREFITO 14-21791-F

**Hospital Regional Chagas Rodrigues**

# BOLETIM DE CIRURGIA E ANESTESIA

NOME: Antonio de Paula CLÍNICA: \_\_\_\_\_  
DIAGNÓSTICO: Fratura de Pateo + Contus. femor LEITO: \_\_\_\_\_  
OPERAÇÃO: Osteomielite + Bando de femur  
CIRURGIÃO: \_\_\_\_\_

AUXILIARES 1°

INSTRUMENTADORA: \_\_\_\_\_ CIRCULANTE: \_\_\_\_\_

TÉCNICA E TÁTICA CIRÚRGICA: Paciente em DDH w6 com dor  
superior + anterior  
Dor + de ambos os lados  
Implantação de estruturas análogas de fecho  
linhas curvas  
Barras de tensão + fixação de condil.  
proteção plane + pale

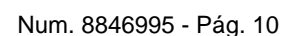
ACIDENTE - INCIDENTE:

[illegible][illegible]

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

CIRURGIÃO - CRM

**Dr. Adriel Leão**  
CRM nº 3888 TEOT 14004  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Ombro e Cotovelo







ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
BOLETIM DE GASTO CIRÚRGICO

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Souza, 100  
Fátima - PI

NOME: Antonio de Paula  
ENFERMARIA: 02 LEITO: 01 CIRURGIÃO: Dr. Renato ANESTESISTA: Dr. Edmundo  
CIRURGIÃO: Dr. Renato  
INÍCIO: 08:50 TÉRMINO: 10:00 ANESTESIA: Raque

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
AGULHA 13 x 4,5			ATADURA GESSADA	un	04	EFEDRINA		
AGULHA 25 x 7			MICROPORE			FUROSEMIDAPROMETAZINA		
AGULHA 30 x 7			ESPÁRADRAPO			GLICOSE 25%		
AGULHA 30 x 8						GLICOSE 50%		
AGULHA 40 x 12			FIOS CIRÚRGICOS			GLUCONATO DE CALCIO		
AGULHA DE RAQUE 20G x 3			MONONYLON Nº 0			HEPARINA		
AGULHA DE RAQUE 22G x 2			MONONYLON Nº 1			NITROPRUSSATO		
AGULHA DE RAQUE 22G x 3			MONONYLON Nº 2			PROSTIGIMINE		
AGULHA DE RAQUE 25G x 3			MONONYLON Nº 3			METOCLOPRAMIDA		
AGULHA DE RAQUE 26G x 3			MONONYLON Nº 4			SUCCINILCOLINA		
AGULHA DE RAQUE 27G x 3			MONONYLON Nº 5			SULFATO DE MAGNÉSIO		
SERINGA 1 ML			MONONYLON Nº 6			METILPREDNISOLONA		
SERINGA 5 ML			MONONYLON Nº 7			DICLOFENACO		
SERINGA 10 ML			VICRYL Nº 0			ANTIBIOTICOS		
SERINGA 20 ML			VICRYL Nº 1			AMPLICILINA		
SERINGA 50 ML			VICRYL Nº 2			CEFALOTINA		
SERINGA 60 ML			VICRYL Nº 3			CEFZOLINA		
CATETER JELCO Nº 14			VICRYL Nº 4			CEFTRIAXONA		
CATETER JELCO Nº 16			VICRYL Nº 5			GENTAMICINA		
CATETER JELCO Nº 18			VICRYL Nº 6			METRONIDAZOL		
CATETER JELCO Nº 22			CAT GUT SIMPLER Nº			SOROS		
CATETER JELCO Nº 24			CAT GUT SIMPLER Nº			FISIOLÓGICO 250ML		
CATETER PERIDURAL			CATGUT CROMADO Nº			FISIOLÓGICO 500ML		
SCALP Nº 19			CATGUT CROMADO Nº			GLICOSADO 5% 250ML		
SCALP Nº 21			SOLUÇÕES			GLICOSADO 5% 500ML		
SCALP Nº 23			ALCOOL 70%			RINGER LACTADO 500ML		
SCALP Nº 25			ALCOOL 90%			MANITOL		
SCALP Nº 27			PVPI TÓPICO			PSICOTROPICOS		
EQUIPO INJ. LATERAL			PVPI DEGERMANTE			MIDAZOLAN 15MG		
EQUIPO POLIFIX 2 VIAS			ALCOOL IODADO			MIDAZOLAN 50MG		
EQUIPO POLIFIX 4 VIAS			ÁGUA OXIGENADA			DOMOTIDOLOSSAL		
EQUIPO MACROGOTAS			VASELINA LÍQUIDA			FENTANIL FRASCO		
EQUIPO MICROGOTAS			FORMOL			FENTANIL AMPOLA		
EQUIPO DE SANGUE			CLOREXIDINA			PROPOFOL		
DRENO DE PENROSE Nº			ANESTÉSICOS			HALOTANO		
DRENO DE SUÇÃO Nº			XYLOCAÍNA GEL			ENFLURANO		
DRENO DE TÓRAX Nº			XYLOCAÍNA SPRAY			ISOFLURANO		
UROFIX SIST. ABERTO			XYLOCAÍNA 2% S/V			SEVOFLURANO 100MG		
UROFIX SIST. FECHADO			NEOCAÍNA PESADA			SEFURANO 250MG		
ELETRODOS			NEOCAÍNA 0,5% S/V			THIOPENTAL 1G		
LÂMINA Nº 11			NEOCAÍNA 0,5% C/V			THIOPENTAL		
LÂMINA Nº 15			BUPIVACAÍNA 5 MG			NARCAN		
LÂMINA Nº 24			MEDICAMENTOS			TAXA EQUIPAMENTO		
LUVA ESTÉRIL 6,5			ADRENALINA			BISTURI ELÉTRICO		
LUVA ESTÉRIL 7,0			AMINOFILINA			ASPIRADOR		
LUVA ESTÉRIL 7,5			ATROPINA			AR COMPRIMIDO (H)		
LUVA ESTÉRIL 8,0			ÁGUA DESTILADA			MICROSCÓPIO		
LUVA ESTÉRIL 8,5			BUSCOPAN			RX EM SALA		
LUVA DE PROCEDIMENTO (PAR)			CEDILANIDE			MONITOR CARDIACO		
SONDA DE FOLLEY			HIDROCORTISONA 100MG			OXÍMETRO DE PULSO		
TUBO OROTRAQUEAL			HIDROCORTISONA 500MG			CARRO DE ANESTESIA		
CÂNULA TRAQUEOSTOMIA			KCL			OXIGÊNIO (H)		
SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº			NACI 10%			OUTROS		
SONDA GÁSTRICA Nº			NACI 20%					
CERA ÓSSEA			DEXAMETASONA					
SURGICEL			DIPIRONA					
TELA DE PROLENE			DOBUTAMINA					
ATADURA DE CREPOM Nº			EFORTIL					
COMPRESSA								
COMPRESSA DE GAZES								
ALGODÃO ORTOPÉDICO								

CIRCULANTE

INSTRUMENTADOR

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 16/03/2020 13:27:39

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2003161327378560000008445335>

Número do documento: 2003161327378560000008445335

Num. 8846995 - Pág. 12



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
BOLETIM DE GASTO CIRÚRGICO

DEPARTAMENTO DE INSTRUMENTOS  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI

NOME: Antonio de Paula

ENFERMARIA

LEITO

CIRURGIÃO

ANESTESISTA

CIRURGIA

INÍCIO

TÉRMINO

ANESTESIA

MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE	MATERIAL DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
AGULHA 13 x 4,5	=	01	ATADURA GESSADA			EFEDRINA		
AGULHA 25 x 7	=	01	MICROPORE			FUROSEMIDA/PROMETAZINA		
AGULHA 30 x 7			ESPÁRADRAPO			GLICOSE 25%		
AGULHA 30 x 8						GLICOSE 50%		
AGULHA 40 x 12			FIOS CIRÚRGICOS			GLUCONATO DE CÁLCIO		
AGULHA DE RAQUE 20G x 3			MONONYLON Nº 0			HEPARINA		
AGULHA DE RAQUE 22G x 2			MONONYLON Nº 1		02	NITROPRUSSATO		
AGULHA DE RAQUE 22G x 3			MONONYLON Nº 2			PROSTIGIMINE		
AGULHA DE RAQUE 25G x 3	=	01	MONONYLON Nº 3			METOCLOPRAMIDA		
AGULHA DE RAQUE 26G x 3			MONONYLON Nº 4			SUCCINILCOLINA		
AGULHA DE RAQUE 27G x 3			MONONYLON Nº 5			SULFATO DE MAGNÉSIO		
SERINGA 1 ML			MONONYLON Nº 6			METILPREDNISOLONA		
SERINGA 5 ML	=	01	MONONYLON Nº 7			DICLOFENACO		
SERINGA 10 ML			VICRYL Nº 0			ANTIBIÓTICOS		
SERINGA 20 ML			VICRYL Nº 1			AMPLICILINA		
SERINGA 50 ML			VICRYL Nº 2			CEFALOTINA		fun 01
SERINGA 60 ML			VICRYL Nº 3			CEFALOTINA		
CATETER JELCO Nº 14			VICRYL Nº 4			CEFTRIAXONA		
CATETER JELCO Nº 16			VICRYL Nº 5			GENTAMICINA		
CATETER JELCO Nº 18			VICRYL Nº 6			METRONIDAZOL		
CATETER JELCO Nº 20	=	01	CAT GUT SIMPLES Nº			SOROS		
CATETER JELCO Nº 24			CAT GUT SIMPLES Nº			FISIOLÓGICO 250ML		03
CATETER PERIDURAL			CATGUT CROMADO Nº			FISIOLÓGICO 500ML		
SCALP Nº 19			CATGUT CROMADO Nº			GLICOSADO 5% 250ML		
SCALP Nº 21						GLICOSADO 5% 500ML		01
SCALP Nº 23			SOLUÇÕES			RINGER LACTADO 500ML		
SCALP Nº 25			ALCOOL 70%			MANITOL		
SCALP Nº 27	=	01	ALCOOL 90%			PSICOTRÓPICOS		
EQUIPO INJ. LATERAL			PVPÍ TÓPICO			MIDAZOLAN 15MG		
EQUIPO POLIFIX 2 VIAS			PVPÍ DEGERMANTE			MIDAZOLAN 50MG		
EQUIPO POLIFIX 4 VIAS			ALCOOL IODADO			DOMOTIDOLOSSAL		
EQUIPO MACROGOTAS			ÁGUA OXIGENADA			FENTANIL FRASCO		
EQUIPO MICROGOTAS			VASELINA LÍQUIDA			FENTANIL AMPOLA		
EQUIPO DE SANGUE			FORMOL			PROPOFOL		
DRENO DE PENROSE Nº			CLOREXIDINA			HALOTANO		
DRENO DE SUÇÃO Nº			ANESTÉSICOS			ENFLURANO		
DRENO DE TORAX Nº			XYLOCAÍNA GEL			ISOFLURANO		
UROFIX SIST. ABERTO			XYLOCAÍNA SPRAY			SEVOFLURANO 100MG		
UROFIX SIST. FECHADO			XYLOCAÍNA 2% S/V		cap 01	SEFLURANO 250MG		
ELETRODOS			NEOCAÍNA PESADA			THIOPENTAL 1g		
LÂMINA Nº 11			NEOCAÍNA 0,5% S/V			THIOPENTAL		
LÂMINA Nº 15			NEOCAÍNA 0,5% C/V			NARCAN		
LÂMINA Nº 24			BUPRACAÍNA 5 MG			TAXA EQUIPAMENTO		
LUVA ESTÉRIL 6,5			MEDICAMENTOS			BISTURI ELÉTRICO		
LUVA ESTÉRIL 7,0			ADRENALINA			ASPIRADOR		
LUVA ESTÉRIL 7,5			AMINOFILINA			AR COMPRIMIDO (H)		
LUVA ESTÉRIL 8,0			ATROPINA			MICROSCÓPIO		
LUVA ESTÉRIL 8,5			ÁGUA DESTILADA			RX EM SALA		
PROCEDIMENTO (PAR)			BUSCOPAN			MONITOR CARDÍACO		
FOLLEY			CEDILANIDE			OXÍMETRO DE PULSO		
RAQUEAL			HIDROCORTISONA 100MG			CARRO DE ANESTESIA		
NEOSTOMIA			HIDROCORTISONA 500MG			OXIGÊNIO (H)		
CAÇÃO Nº			KCL			OUTROS		
			NACI 10%					
			NACI 20%					
			DEXAMETASONA					
			DIPIRONA					
			DOBUTAMINA					
			EFORTIL					

CIRCULANTE

INSTRUMENTADOR

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 16/03/2020 13:27:39

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2003161327378560000008445335

Número do documento: 2003161327378560000008445335

Num. 8846995 - Pág. 13

ANTONIO DE PAULA  
PS 70647

HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
feal-DRCS  
PA

ANTONIO DE PAULA  
PS 70647

HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES  
feal-DRCS  
EXT

Level: 608  
Window: 1125

Tec: KLEBER  
Fecha: 10/03/2018 Hora: 17:40

Level: 832  
Window: 1618

Tec: KLEBER  
Fecha: 10/03/2018 Hora: 17:45



DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

14 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Centro-Norte CEP: 64.002-470  
Teresina-PI



V. 508



 <b>GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ</b> <b>HOSPITAL REGIONAL LEÔNIDAS MELO</b> <b>BARRAS - PIAUÍ</b>		 <b>SUS</b> <b>Hospital Regional</b> <b>Leônidas Melo</b>	
<b>REQUISICÃO DE EXAMES</b>			
<b>NOME</b> <i>Renane Alex Bezerra</i>			
<b>IDADE</b> 	<b>SEXO</b> <input type="checkbox"/> MASC. <input checked="" type="checkbox"/> FEM.	<b>CLÍNICA</b>	<input type="checkbox"/> AMBULATÓRIO <input type="checkbox"/> INTERNADO
<b>ENDEREÇO</b> 			
<b>DADOS CLÍNICOS</b> <i>Acidente automobilístico</i>			
<b>DADOS SOLICITADOS (NO MÁXIMO TRÊS)</b> <i>RX. joelho D</i>			
<b>DATA</b> <i>31/03/18</i>	<b>ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO SOLICITANTE</b> <i>[Assinatura]</i>		
<small>ESTE EXAME É PAGO PELO SUS É PROIBIDA A COBRANÇA DE QUALQUER TAXA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO SUS PRAÇA JOÃO LUIZ FERREIRA, 227 - FONE (86) 3221-1440 / TERESINA-PI</small>			
<b>ASSINATURA PACIENTE/RESPONSÁVEL</b>		<b>MÉDICO SOLICITANTE (CARIMBO E ASSINATURA)</b>	

DEPARTAMENTOS DE SINISTRO  
 DPVAT  
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
 14 AGO 2018  
 GENTE SEGURADORA S.A.  
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
 Centro-Norte CEP: 64.002-470  
 Teresina-PI





V. 508

 <b>GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ</b> <b>HOSPITAL REGIONAL LEÔNIDAS MELO</b> <b>BARRAS - PIAUÍ</b>		 <b>SUS</b> <b>Hospital Regional</b> <b>Leônidas Melo</b>	
<b>REQUISICÃO DE EXAMES</b>			
<b>NOME</b> <i>Renane Aken Bezerra</i>		<b>SEXO</b> <input type="checkbox"/> MASC. <input checked="" type="checkbox"/> FEM. <b>CLÍNICA</b> <input type="checkbox"/> AMBULATÓRIO <input type="checkbox"/> INTERNADO	
<b>IDADE</b>		<b>ENDEREÇO</b>	
<b>DADOS CLÍNICOS</b> <i>Acidente automobilístico</i>			
<b>DADOS SOLICITADOS (NO MÁXIMO TRÊS)</b> <i>RX. joelho D</i>			
<b>DATA</b> <i>31/03/18</i>	<b>ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO SOLICITANTE</b> <i>[Assinatura]</i>		
<b>ESTE EXAME É PAGO PELO SUS É PROIBIDA A COBRANÇA DE QUALQUER TAXA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO SUS PRAÇA JOÃO LUZ FERREIRA, 227 - FONE (86) 3221-1440 / TERESINA-PI</b>			
<b>ASSINATURA PACIENTE/RESPONSÁVEL</b>		<b>MÉDICO SOLICITANTE (CARIMBO E ASSINATURA)</b>	

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS  
 DPVAT  
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
 14 AGO 2018  
 GENTE SEGURADORA S.A.  
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
 Centro - Norte CEP: 64.002-470  
 Teresina-PI



Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ANTONIO DE PAULA**

Nº Sinistro: **3180374496**

Vítima: **ANTONIO DE PAULA**

Data do Acidente: **06/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180374496**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13237876

Pag. 01571/01572 - carta\_01 - INVALIDEZ



00020786

